



Precisamos fazer mais



Vanderley M. John *

É grande o interesse em certificação de “edifícios verdes”. Duas metodologias estrangeiras começam a ser oferecidas no mercado brasileiro: a norte-americana LEED e a francesa HQE. Várias instituições de pesquisa brasileiras, dentre elas o IPT, estão discutindo metodologias próprias. Este interesse todo se justifica?

Em primeiro lugar, certificação nada mais é que uma forma de comunicação. Aviso aos clientes: o edifício tal atende aos requisitos de tal metodologia. Em todo o mundo a quantidade de edifícios certificados é pequena, pois eles são desenhados para identificar uma elite de empreendimentos. O LEED estima ter certificado 1% do mercado dos EUA, boa parte de edifícios pertencente a órgãos públicos. Olhado do ponto de vista do número de empreendimentos, o impacto da certificação é pequeno.

Essas certificações são desenhadas para destacar edifícios que adotem soluções muito avançadas, que atendam problemas prioritários para a sustentabilidade local. Diferente das certificações de qualidade, elas são, por definição, não escaláveis.

Algumas centenas ou milhares de edifícios certificados, por si, não vão alterar a sustentabilidade da construção brasileira a menos que estes empreendimentos sejam indutores: inspirem novos empreendedores, criem mercados para produtos ecoeficientes e incentivem inovações tecnológicas.

Não existem evidências de que só o efeito indutor da certificação seja suficiente para alterar substancialmente

a cadeia da construção, especialmente em um país como o Brasil. A existência de mais de um sistema cria sinais confusos. Portanto, é possível que em alguns mercados as certificações resultem apenas em um grupo de edifícios extremamente ecoeficientes, ilhas dentro de um mundo, digamos, cinza. Podemos produzir uma centena de edifícios certificados por ano – o que seria uma vitória – sem alterar a sustentabilidade média da construção. Admitamos: um tragédia.

Só certificar não basta num país onde 77% das construções são auto-geridas

No caso do Brasil, a situação é bastante complicada. Segundo o Ministério das Cidades, 77% das construções brasileiras são “autogeridas”, realizadas sem participação de construtoras ou agentes públicos. Parte importante é favela. A maioria dos paulistanos, 73% segundo a Prefeitura de São Paulo, vive em casas, cuja esmagadora maioria é produzida de forma autogerada.

Do ponto de vista dos fornecedores de materiais, é este mercado que viabiliza (ou inviabiliza) soluções inovadoras. A certificação dificilmente vai atingir este setor. As soluções de grandes empreendimentos certificados talvez não sejam aplicáveis neste mercado.

O sistema de certificação dos países desenvolvidos parte de um sofisticado conjunto de políticas para o de-

envolvimento sustentável e também da política industrial. Por isto, os países desenvolvidos têm seus próprios sistemas. Um exemplo: nestes países, diferentemente do Brasil, problemas sociais, informalidade e mesmo qualidade já não são importantes. As certificações concentram-se em ecologia, “green building”.

Assim, é necessário combinar sistemas de certificação que premiem a inovação e o avanço tecnológico de que nosso setor é carente, com medidas

concretas que criem condições de alterar a construção comum, inclusive a autogerada, pois esta é e sempre será a maior parte do setor.

Um exemplo brasileiro de sucesso: a introdução no mercado da bacia sanitária de 6,8 litros, articulada dentro do PBQP-H. Quanto tempo a indução simples levaria para concretizar este feito?

Precisaremos, portanto, desenvolver nosso próprio sistema de certificação, adequado aos nossos problemas, articulado com um conjunto de ações e planos setoriais. Esta é a necessidade. ■

* ENGENHEIRO E PROFESSOR POLI-USP, É MEMBRO DA CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E CONSELHEIRO DO CONSELHO BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL.